



Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a
Presidente da Assembleia da República
Dra. Noémia Pizarro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 4580 ENT.: 4523 PROC. Nº:	20/08/2013

ASSUNTO: RESPOSTA A PERGUNTA N.º 2597/XII/2.ª

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de enviar cópia do ofício n.º 3069/CG, datado de 20 de agosto, do Gabinete do Senhor Ministro da Defesa Nacional, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende

Exm^a.Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a
Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade

S/REF: S/COM: N/REF: Lisboa, 2013-08-20
P.º. 5124/92 (5)
N.º. 3069 /CG

ASS: **PERGUNTA Nº 2597/XII/2ª DE 19 DE JULHO DE 2013**
Refª: V/Ofício nº 4177, de 19jul13

Ex. Excmo. D.ª Maria Rende

Em cumprimento da alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, encarrega-me Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional de informar V. Exa. do seguinte:

O processo que a Comissão Europeia decidiu abrir para investigar auxílios de estado prestados à Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., refere-se a auxílios que terão sido prestados entre 2006 e 2011.

No início deste processo, a Comissão Europeia manifestou reservas e dúvidas relativamente a auxílios que totalizavam 400 Milhões de euros, alegadamente prestados naquele período de tempo.

No seguimento das informações e esclarecimentos prestados pelo Governo português, em contactos escritos, reuniões e conferências telefónicas mantidas entre outubro de 2012 e janeiro de 2013, foi possível reduzir esse montante para 180 milhões de euros.

Foi por esse montante que a Comissão Europeia, em janeiro de 2013 decidiu abrir um processo de investigação formal.

À notificação de abertura desse processo, Portugal respondeu no prazo que lhe foi concedido.

Após essa resposta foram ainda prestados esclarecimentos adicionais pelo Governo Português.

Entretanto foi publicada no Jornal Oficial da União Europeia a notificação da decisão de abertura de processo, para que outros interessados se pudessem pronunciar sobre o mesmo.

Segundo informação recebida nenhuma entidade se manifestou.

Os contactos, sobre este processo, entre a Comissão Europeia e o Governo Português têm sido regulares.

Recentemente o Comissário Almunia, por escrito, teve oportunidade de esclarecer que Portugal tinha apresentado a sua defesa e o processo estava em análise, pelo que se estranha o conteúdo da carta que o Grupo Parlamentar refere ter recebido do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo.

O Governo Português tudo fez e continuará a fazer para defender os interesses de Portugal, junto da Comissão Europeia, rejeitando, contudo, uma postura demagógica que em nada salvaguarda os interesses nacionais.

Com os melhores cumprimentos e elevada consideração,

O CHEFE DO GABINETE



(RUI CLERO)